

# Congresso avalia mais autonomia para o BC

Roberto Campos Neto defende projeto

DE BRASÍLIA

O relator da Proposta de Emenda à Constituição que dá autonomia financeira e administrativa ao Banco Central (PEC 65), senador Plínio Valério (PSDB-MA), apresentará seu texto ao Congresso hoje.

Ontem, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) iniciou uma campanha contra a proposta no rádio. “Estamos fazendo outras coisas além da campanha no rádio e a ideia é que a PEC seja retirada de pauta”, afirma o presidente do Sinal, Fábio Fayad.

A PEC 65 é uma bandeira do presidente do BC, Roberto Campos Neto, que já conseguiu a autonomia operacional da autarquia e gosta

ria de ver a independência completa até o fim do seu mandato, em dezembro. Em abril, o relator ameaçou concluir seu texto até o fim de maio, mesmo sem a manifestação do governo, que tem reservas ao avanço da proposta.

O governo não é contrário à ideia de que o BC tenha mais autonomia. Mas quer que o tema seja debatido por mais tempo, e depois que outras pautas, consideradas mais urgentes, avancem no Congresso.

Além de Campos Neto, toda a diretoria do BC já se manifestou a favor da ampliação da independência do órgão. Entre os funcionários, apesar da resistência inicial generalizada, parte dos servidores começa a



Campos Neto, presidente do BC: instituição, que já tem autonomia operacional, poderá ganhar independência completa, como a orçamentária

aceitar a possibilidade de mudanças. A maior resistência vem dos aposentados do BC.

A Reportagem apurou que, após a apresentação do parecer de Valério, hoje, a expectativa é de que o texto seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ainda nesta semana.

Os sindicatos de servidores do BC têm apresentado posições divergentes sobre a

PEC. A Associação Nacional dos Analistas do Banco Central (ANBCB) entende que a autonomia orçamentária é um passo necessário para a “evolução da instituição e para que exerça sua missão perante a sociedade e o País”.

“Neste sentido, os servidores são favoráveis à PEC 65, com ajustes que busquem preservar as prerrogativas necessárias à execução das nossas atividades e uma transição adequada entre

os regimes”, afirma a presidente da ANBCB, Natacha Gadelha.

## ‘INCONSTITUCIONAL’

Já o presidente do Sinal diz que não vai propor mudanças no projeto porque ele é inconstitucional ao propor transformar o BC em empresa pública. “Então, nós vamos lutar contra a PEC”.

“Não tem o que falar em aceitar. A mudança, até primeiro, é que não houve ne-

gociação, houve uma imposição do texto.”, disse. “O Roberto Campos apresentou o texto sem conversar com a categoria antes. Fomos pegos de surpresa e, desde então, não aceitamos mudar o texto e disse que é aquilo ali e só. Então, se é assim, a gente não tem nem o que falar em negociação, porque não nos foi dada essa oportunidade”, argumentou. (Estadão Conteúdo)